

Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Elerj capacita 150 vereadores



Educação

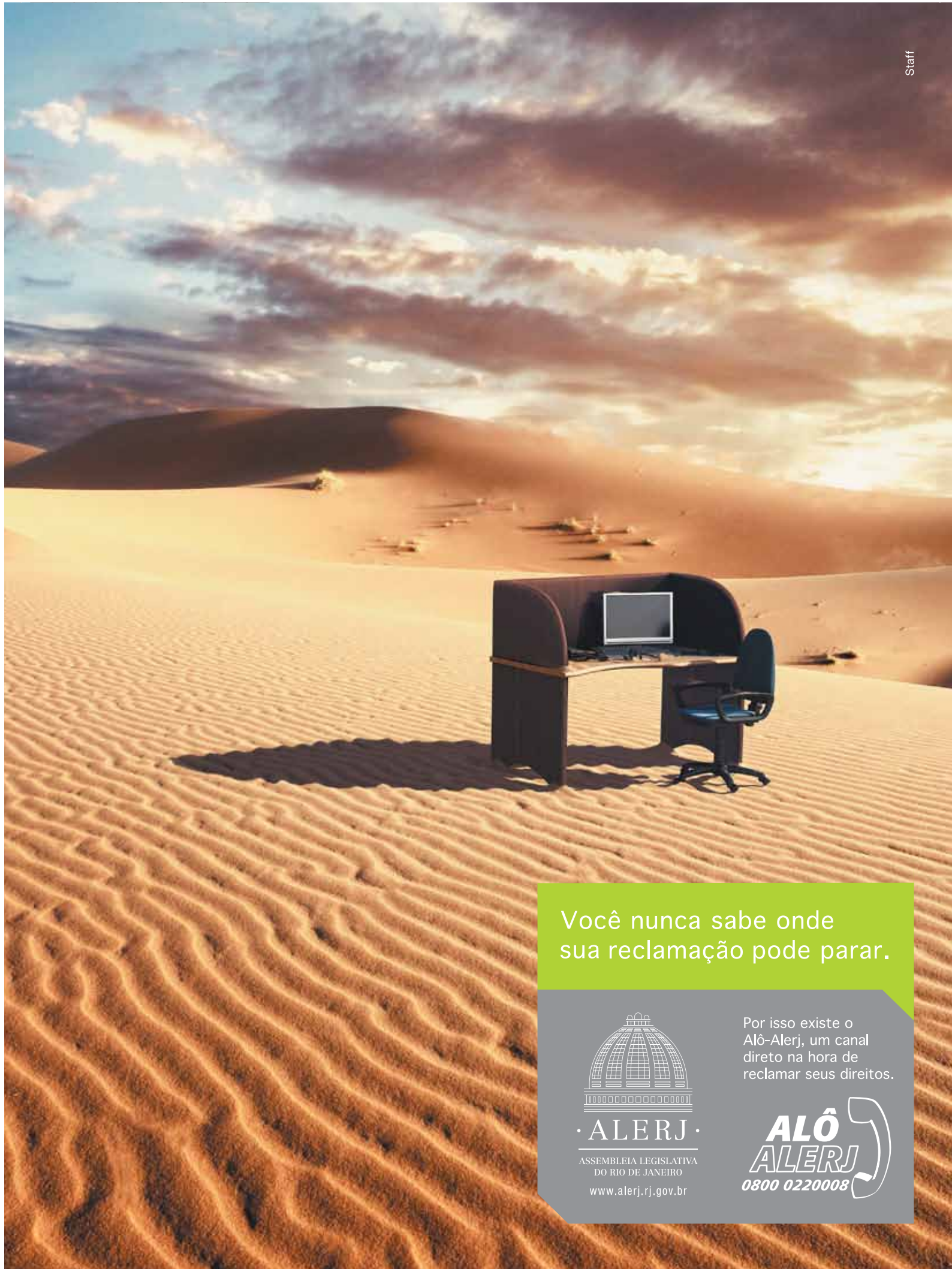
Cursos de Curta
Duração agora
dia e noite

EJA

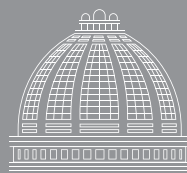
Jovens e Adultos em
nova modalidade:
semipresencial

Artigos

Constituição Federal
sob diferentes
pontos de vista



Você nunca sabe onde
sua reclamação pode parar.



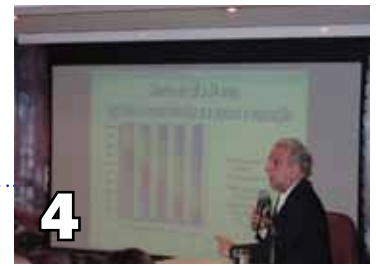
· ALERJ ·
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO
www.alerj.rj.gov.br

Por isso existe o
Alô-Alerj, um canal
direto na hora de
reclamar seus direitos.

**ALÔ
ALERJ**
0800 0220008 

Sumário

Editorial	2
Missão além da sede / Visibilidade necessária	
Notas	3
Debate	
Da Legislação à mudança social	
Entrevista	6
Uso do dinheiro público precisa ser fiscalizado	
PVS	8
Pré-vestibular sem barreiras	
Capa	
Vereadores: programa de formação reúne 150 parlamentares	
Cursos de Curta Duração	
Cursos dia e noite	
EJA	22
Ensino fundamental e médio semipresencial	
Parceria	24
Capacitação simplifica declaração do IR	
Cursos Extras	25
Universidade e Parlamento	
Artigos	26
A Constituição Federal	
Elerj na mídia	28



Expediente



Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Roberto Henriques

3º Vice-presidente
Gilberto Palmares

4º Vice-presidente
Rafael do Gordo

1º Secretário
Wagner Montes

2ª Secretária
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Thiago Pampolha

Revista da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Coordenador-Geral da Elerj
Gilberto Palmares

Subdiretora-Geral da Elerj
Rosângela Fernandes

Jornalista Responsável
Hélio Araújo
MTb: JP23826RJ

Redação
Hélio Araújo
Rosângela Fernandes

Projeto Gráfico
Julia Galvão

Estagiários
Caio Oximenes
Luana Souza
Maria Clara Vasconcelos

Contatos

(21) 2588-1373
Rua da Alfândega, 8/2º andar
CEP 20070-000 Centro - RJ
escola@escoladolegislativo.alerj.rj.gov.br

Elerj na rede

www.alerj.rj.gov.br/elerj
www.facebook.com/EscolaDoLegislativoRio
www.twitter.com/elerj_

Impressão

Gráfica da Alerj

Tiragem

2.500 exemplares

Colaboração

Subdiretoria Geral de Comunicação Social e Cultura / Alerj

Ano III - Nº 4
Junho de 2013



Missão além da sede

Desde sua criação, a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) tem definido como seu público prioritário os parlamentares e servidores da Assembleia Legislativa (Alerj). São eles os principais frequentadores dos cursos e demais atividades oferecidas. A equipe da Elerj trabalha com empenho para atender às necessidades tanto da área administrativa quanto da parlamentar, oferecendo capacitação nos mais variados temas.

Mas a Escola tem, ano a ano, buscado e conseguido ir além. As portas da unidade estão abertas a outros públicos, como os alunos de baixa renda do Pré-Vestibular Social (PVS), os universitários que participam do curso 'Parlamento Brasileiro: ontem, hoje e amanhã' e os cidadãos do estado que marcam presença no Ciclo de Debates. Não temos dúvida de que é este o papel a ser desempenhado.

Há, no entanto, um público específico que nos desafia: o das câmaras municipais. A Escola sempre recebeu servidores de câmaras e, eventualmente, vereadores. No entanto, a distância entre a sede da Elerj – no Centro do Rio – e os municípios é um dificultador, assim como a amplitude deste universo: são 92 câmaras municipais no Estado. Para superar essas dificuldades temos utilizado diferentes estratégias.

Nesta edição, podemos constatar o resultado positivo de uma delas: 150 vereadores lotaram o auditório da Escola no Programa de Formação e Integração dos Vereadores Eleitos, realizado em fevereiro, e fizeram uma excelente avaliação das palestras oferecidas e dos resultados do evento, especialmente o compartilhamento de informações entre as dezenas de câmaras representadas.

Além disso, a Elerj volta, em 2013, a sair em campo, visitando o interior do Estado, oferecendo seminários de capacitação. A mobilização necessária para essas duas ações e os investimentos não são pequenos, mas são absolutamente necessários. É desta forma que a Elerj contribui para a melhoria da qualidade da ação parlamentar e da administração das casas legislativas municipais. Segue no rumo certo, ainda que trabalhoso, para cumprir sua missão institucional e chegar a quem hoje encontra menos oportunidades, mas demonstra enorme interesse de se capacitar.

Gilberto Palmares

Coordenador-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Visibilidade necessária

“Escola do Legislativo? Não sabia que existia”. A reação, comum ainda hoje, revela o quanto é preciso avançar para tornar público o trabalho realizado pela Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj). A história das Escolas do Legislativo começa a ser escrita na Constituição Federal de 1988. O surgimento da primeira unidade – em Minas Gerais – se deu em 1992. Hoje são mais de 50 em todo o país. A Elerj foi criada em 2001, mas ainda hoje a maioria dos cidadãos desconhece a existência das ações dessa rede de educação legislativa e para a cidadania.

A Elerj tem trabalhado para alterar esse quadro, como pode ser comprovado nesta edição. A mobilização dos vereadores para a capacitação do início do ano possibilitou ampla divulgação nas câmaras municipais. A formação para universitários – que tem em 2013 sua segunda edição – abriu as portas das instituições de ensino superior à Escola do Legislativo. As ações de responsabilidade social – como o polo de Pré-Vestibular Social (PVS) – envolvem a população de baixa renda. Os debates nos aproximam da sociedade civil. E as parcerias com outras instituições contribuem para a integração com públicos específicos.

Em paralelo, a Elerj não se furta a utilizar diversos canais

de comunicação. Nossa página na internet tem refletido a intensa movimentação dos projetos da Escola, o perfil no Facebook já conta com mais de 4.100 membros, nossos alunos e ex-alunos recebem mensagens periódicas através de email; cartazes e esta revista são instrumentos que complementam esse esforço.

Aos poucos, a visibilidade da Escola vem aumentando e o trabalho realizado desperta interesse, inclusive da imprensa, ainda que nem sempre o foco das publicações seja o que sonhamos.

Todas essas ações são fundamentais para que os investimentos feitos pela Assembleia Legislativa na Escola alcancem os resultados desejados. É o caminho para envolver servidores e parlamentares da Alerj e das demais casas legislativas do estado no aprimoramento técnico, assim como é também o que nos levará a conquistar os cidadãos do Rio de Janeiro para o maior conhecimento e valorização do Parlamento.

Rosângela Fernandes

Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Pós-graduação do Tribunal de Contas: vagas para a Alerj

A parceria entre a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) e a Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ECG/TCE) possibilitará a participação de dois servidores efetivos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) na Pós-graduação em Gestão Pública e Controle Externo, oferecida pela ECG.

O curso de pós-graduação lato sensu busca proporcionar visão ampla e integrada da administração pública, dos instrumentos de gestão e controle externo, estimulando a reflexão sobre ética, democracia e responsabilidade do Estado. A Pós-graduação presencial tem carga horária de 440 horas/aula e será ministrada as sextas e sábados, quinzenalmente, das 9h às 18h, de novembro de 2013 a janeiro de 2015, na Escola de Contas e Gestão. As inscrições vão até o dia 19 de julho de 2013.

As duas vagas serão oferecidas a servidores efetivos da Alerj com formação superior completa e que obtiverem melhor classificação no processo seletivo a ser realizado pela Escola de Contas e Gestão. Edital e demais informações podem ser obtidas através do site: www.ecg.tce.rj.gov.br.

Projeto Elerj Itinerante

Além de manter as portas abertas para vereadores e servidores das câmaras municipais, a Escola do Legislativo volta a percorrer o estado oferecendo capacitação. O projeto Elerj Itinerante vai percorrer, ao longo do ano, as oito regiões do estado realizando seminários.

O primeiro evento desta nova fase teve como sede a cidade de Rio das Ostras, numa parceria com a Câmara Municipal e a Prefeitura do município. A capacitação em 'Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública', além de atender aos servidores de Rio das Ostras, beneficiou as casas legislativas dos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Em 2011, a Escola do Legislativo havia realizado seminários em Niterói, Duque de Caxias, Angra dos Reis e São João da Barra, mobilizando 15 câmaras municipais e nove prefeituras e certificando quase 200 servidores em cursos sobre 'Lei de Responsabilidade Fiscal' e 'Improbidade Administrativa e Responsabilidade Administrativa e Penal dos Agentes Públicos'. A avaliação dos participantes revelou que os seminários foram considerados 'Ótimos' por 62% dos participantes e 'Bons' por 26%. Ainda em 2013, o Elerj Itinerante será realizado nas regiões do Médio Paraíba, Costa Verde, Norte Fluminense e Metropolitana.



Elerj eleita para diretoria da Associação de Escolas do Legislativo

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) é, desde maio, integrante da Diretoria da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de

Contas (Abel). A subdiretora-geral da Elerj, Rosângela Fernandes, foi eleita para a diretoria da Região Sudeste durante o XXI Encontro Nacional da Associação, realizado em Recife, Pernambuco (foto). A chapa manteve na presidência Florian Madruga, que ficará a frente da Abel até 2015.

No encontro, além do compartilhamento de informações sobre ações das escolas de todo o país, houve espaço para aprofundamento sobre o papel de responsabilidade social desempenhado pelas unidades e os resultados obtidos na administração pública pelas capacitações oferecidas pelas escolas do legislativo.

Da **legislação** à **mudança social**

A implantação de uma política pública inovadora começa, muitas vezes, no Parlamento. Mas, depois que a lei sai do papel, essa origem, não raramente, acaba esquecida. É o caso da política de cotas para ingresso no curso superior. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) foi pioneira ao aprovar legislação que permitiu que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) reservasse vagas para estudantes da rede pública de ensino, negros, pessoas com deficiência e filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos em serviço.

Para avaliar os resultados obtidos após uma década de vigor da lei, a Escola do Legislativo do Rio de Janeiro (Elerj) incluiu o tema no seu Ciclo de Debates, que promove eventos mensais de discussão sobre assuntos de interesse da população do Rio de Janeiro.

O pesquisador e professor da Uerj André Lázaro apresentou análise dos impactos da implantação da política de cotas e ressaltou o aumento de 15,8% no número de estudantes com essas características, na faixa entre 18 e 24 anos, cursando ou concluindo o ensino superior. “Esses dados comprovam a necessidade das políticas de inclusão, diante da desigualdade de condições enfrentada por alunos cotistas e não cotistas para ingressar no ensino superior e de alguns resultados alcançados nesses dez anos,

aumentando a diversidade cultural e étnica nas universidades”, afirmou.

Um exemplo dessa mudança no perfil dos alunos da universidade é o estudante cotista Élbio Ribeiro, que participou do debate como representante do Grupo de Pesquisa Imagens, Narrativas e Práticas Culturais (Inarra), da Uerj. “Sou o primeiro universitário da minha família e agradeço muito ao poder público, que me deu essa oportunidade. Mas sei que, por ser cotista, isso aumenta minha responsabilidade. Assim como eu, existem muitos outros em diversas instituições de ensino que estão ali por causa das cotas. Já começo a desenvolver ações nas comunidades, quero compartilhar o conhecimento que estou adquirindo na universidade com outros jovens de baixa renda”, contou.

O debate teve ainda a participação de Marcos Rodrigo da Silva Santos, representante do



O deputado Gilberto Palmares destacou a importância da política de cotas nas universidades públicas

Projeto Educafro, rede de Pré-Vestibulares Comunitários, e do coordenador-geral da Elerj, deputado Gilberto Palmares. O parlamentar ressaltou a importância da realização de estudos sobre os resultados obtidos com a política de cotas e destacou as informações sobre a permanência na universidade. “Os dados da Uerj mostram que a evasão dos alunos cotistas é menor e o coeficiente de rendimento médio é ligeiramente maior do que o apresentado pelos alunos não cotistas. Além disso, esses alunos estão ingressando no mercado de trabalho da mesma forma que os que não recebem o benefício da política de inclusão, o que comprova sua importância”, avaliou o deputado.



O debate contou com a participação do professor da UERJ e pesquisador da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), André Lázaro, do estudante do Grupo de Pesquisas Imagens, Narrativas e Práticas Culturais (Inarra), da Uerj, Élbio Ribeiro, e do representante do Projeto Educafro, Marcos Rodrigo da Silva,

Fotos: Hélio Araújo



Egressos do sistema penal

A situação dos egressos do sistema penal foi tema de outro debate organizado pela Elerj, desta vez em parceria com a Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ). A “Roda de conversa sobre ressocialização: pelo direito de recomeçar”, aconteceu na sede da entidade e buscou discutir a legislação existente e possíveis iniciativas concretas para facilitar a reinserção do ex-detento no mercado de trabalho, evitando a reincidência.

O encontro foi mediado pelo deputado estadual Gilberto Palmares, coordenador da Escola do Legislativo e autor, juntamente com o deputado Wagner Montes, da Lei 6.346/12, que prevê a reserva de 5% das vagas de emprego nas concessionárias do serviço público para egressos do sistema penal. Entre os debatedores estavam a Defensora Pública da Vara de Execuções Penais, Sandra Maria Barros; o Juiz da Vara de Execuções Penais/RJ, Carlos Augusto Borges; a presidente do Conselho Penitenciário/RJ, Maíra Costa Fernandes; o diretor de Projetos do Centro de Integração Social e Cultural (Cisc), Ronaldo Antonio Miguel Monteiro; e o responsável pela contratação de ex-detentos na CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, Alcione Duarte.

O evento lotou o auditório da ADPERJ (foto) e, além

da reflexão, resultou em propostas concretas que serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. O acesso simplificado à emissão do título de eleitor – indispensável para que o detento em regime semiaberto possa conseguir emprego – e a emissão mais rápida dos certificados de conclusão de cursos realizados durante o cumprimento da pena são algumas das reivindicações apresentadas pelos participantes do debate.



Hélio Araújo



Luiz Mario Behnken

Uso do dinheiro público precisa ser fiscalizado

A elaboração de leis é o papel dos parlamentares mais conhecido pela sociedade. Mas, vereadores, deputados estaduais, federais e senadores desempenham também outra função de grande importância: a fiscalização das contas do Poder Executivo. O ciclo orçamentário, o espaço para interferir no orçamento e os desafios a serem enfrentados são temas da entrevista com o economista, mestre em Administração Pública e Fundador do Fórum Brasil de Orçamento Luiz Mario Behnken.

Revista Elerj: O Ciclo Orçamentário é amplo e composto de várias etapas. Quais são elas?

Luiz Mario Behnken: O Ciclo Orçamentário é a integração do planejamento com o orçamento, através de três leis: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo começa com a elaboração do PPA, que é enviado para o Parlamento até 31 de agosto do primeiro ano de mandato. A vigência do Plano Plurianual é de quatro anos. É esta lei que define as principais estratégias governamentais. A segunda etapa começa com a elaboração da LDO, enviada para o Parlamento até 15 de abril. É a lei que detalha as metas e prioridades para cada ano, além de fixar várias regras relevantes, como o superávit primário. A terceira etapa é a LOA, ou o orçamento propriamente dito, que sintetiza toda receita a ser arrecadada e a despesa a ser executada. O prazo de envio ao Parlamento, em geral, é até 31 de agosto. A finalização do ciclo ocorre na deliberação sobre a Prestação de Contas da última LOA integrante do PPA.

Em que momentos o parlamentar tem condições, de fato, de interferir neste ciclo?

Em todos os momentos, por ser um processo dinâmico e contínuo. Os parlamentares podem e devem avaliar o

que foi feito, acompanhar o que está sendo executado e discutir o que deve ser feito no futuro. Porém, durante a tramitação dos projetos orçamentários, os parlamentares têm a prerrogativa de elaborar emendas capazes de mudar o rumo das prioridades governamentais.

Os mandatos, em sua maioria, estão preparados para acompanhar esse processo e realizar a fiscalização de forma eficiente? O que fazer para que isso aconteça?

Embora a importância do orçamento não seja mais questionada, poucos parlamentares, efetivamente, buscam interferir nos destinos da sociedade através do orçamento. É um paradoxo, porque a lei confere ao parlamentar um enorme poder, mas de fato as opções escolhidas pela maioria dos parlamentares são de subordinação ao Poder Executivo. Isto é um atraso na vida republicana e na cidadania. Como mudar? Procuo essa resposta há 30 anos. Mas, sem dúvida, cursos como os realizados pela Escola do Legislativo ajudam a alertar o parlamentar e sua assessoria sobre a sua posição.

As emendas parlamentares são, habitualmente, alvo de críticas. Qual a importância desse instrumento?

São corretamente criticadas por sua irrelevância,

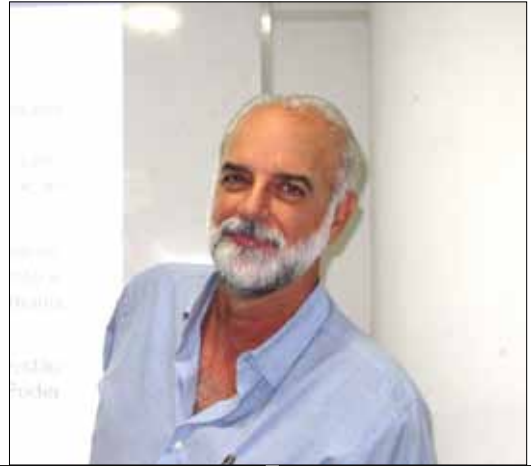
salvaguardadas as honrosas exceções. Ora, o poder de emendar é enorme, quase ilimitado, pois tirando as despesas de pessoal, de pagamento da dívida (uma excrescência, diga-se) e de transferências constitucionais, o Parlamento pode mexer em tudo. Entretanto, grande parte das emendas são para atendimento de demandas locais, que não interferem na direção da política pública. Claro que o asfaltamento, a construção de uma ponte e outras demandas parecidas são importantes, mas reduzir a atuação parlamentar no orçamento a isto é um contrassenso. Por isso, inclusive, que o lobby dos poderosos se concentra no Poder Executivo, dada a pouca interferência do Parlamento.

Além das Casas Legislativas, os Tribunais de Contas também são responsáveis pela fiscalização do Executivo. São papéis complementares?

Sim, os Tribunais de Contas são órgãos técnicos que auxiliam a fiscalização financeira quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. Entretanto, deveria haver maior aproximação entre o Parlamento e o Tribunal, visando uma efetiva avaliação política da ação governamental. A palavra “política” é usada aqui no sentido nobre, como a arte de governar bem. Em outras palavras, a ação governamental atendeu aos interesses da coletividade? Os resultados buscados foram atingidos? Para esta avaliação política do desempenho é necessário ir além da avaliação técnica, administrativa e legal, competências das cortes de contas – todas importantes, mas insuficientes. A complementaridade ocorre, de fato, quando estas análises dão suporte à avaliação política, razão de ser do Parlamento. E, Oxalá, consigamos levar a própria sociedade a debater e avaliar as políticas públicas.

Em sua opinião, tem havido avanços nesse campo? Quais os principais desafios?

Os avanços estão numa legislação que garante, cada vez mais, o acesso à informação e a transparência da atividade pública. Ironicamente, os recuos são maiores. Para atender à legislação, os governos estão se especializando em disponibilizar as informações de um jeito que dificulta, ou melhor, que inviabiliza o Parlamentar (ou o cidadão) identificar o porquê, para quem e quanto custa determinada ação governamental. Dois exemplos: até hoje não sabemos quanto custaram os Jogos Pan-americanos de 2007. Foi um “mau negócio” para a cidadania – vide o Engenhão –, mas nem



Fotos: Hélio Araújo



antes, durante ou após a sua realização o Parlamento/ sociedade teve como avaliar. O outro exemplo é que o mesmo está acontecendo em relação à Copa do Mundo e Olimpíadas, além de procedimentos que buscam a lisura do gasto público serem ignorados para esses megaeventos esportivos. O maior desafio, porém, está em superar o estado de letargia da sociedade. Somente com a cidadania ativa e com mobilização social é que conseguiremos avançar em termos de ética e, conseqüentemente, de fiscalização do uso do dinheiro público. Afinal, são questões de interesse de todos e que devem ser debatidas à luz dos efeitos das políticas públicas. Só assim os tamanhos dos passos de avanço e de recuo serão invertidos, pois a mudança não partirá das elites, as grandes beneficiadas com a situação.

Nos municípios e no Estado do Rio de Janeiro há espaço para participação do cidadão nessa discussão? O que precisa avançar?

Sim, há espaço, pois a legislação permite e até estimula a participação. O problema está na vontade do governante em promover de fato a participação. Um processo de participação legítimo pressupõe duas dimensões fundamentais: clareza nas informações do que se vai discutir e definição das regras de como se dará a participação. O cidadão precisa saber do que se trata e que a sua opinião terá validade. A participação passiva não é transformadora e nem fortalece a cidadania. Enfim, o avanço necessário passa pela sinceridade dos governantes.

Pré-vestibular sem barreiras

Noite de segunda-feira, sala três da Escola do Legislativo. Na primeira fila, um aluno observa atentamente cada explicação dada pelo professor de Geografia, mas não se preocupa em anotar. Para isso, conta com o auxílio especial e carinhoso da própria mãe. Lucas Gonçalves Neves, de 18 anos, tem dificuldades motoras devido à paralisia cerebral causada por uma asfixia na hora do parto. Uma limitação, mas não um impedimento para seguir em frente. Ele é aluno assíduo do curso extensivo do Pré-Vestibular Social (PVS).

A mãe, Almerinda Gonçalves, de 62 anos, é como uma aluna ouvinte de todas as aulas do curso. Escreve os conteúdos ministrados pelos professores e acaba aprendendo junto com o filho. “No início, o Lucas tentava acompanhar a aula, escrevendo ele próprio o que o professor falava. Mas percebi que, por ser lento, ele acabava perdendo as explicações, pois ainda não tinha copiado tudo. Então, combinei com ele que copiaria o conteúdo, já que eu fico mesmo com ele em sala de aula. Para mim também é muito bom, pois fiz o

segundo grau técnico e era tudo muito diferente do que é hoje. Estou aprendendo bastante”, afirma.

Este é o segundo ano que Lucas vai tentar o vestibular. No ano passado, quando também frequentou o PVS, não teve êxito. A dificuldade em garantir a vaga no ensino superior não o desmotivou, apenas deu mais força para se inscrever e prestar a prova mais uma vez. A mãe conta que, em 2012, ele fazia o pré-vestibular junto com o terceiro ano do ensino médio, além de manter seus tratamentos médicos: “Por isso, o Lucas não tinha tempo para desenvolver uma rotina de estudos. Esse ano ele está mais focado no vestibular e acredito em seu sucesso”.

Perguntado sobre a carreira escolhida, Lucas foi rápido em responder: “Ciências Atuariais”, abrindo um sorriso para confirmar que gosta de Matemática. A profissão é regulamentada e o especialista nesta área atua, de modo geral, no mercado econômico-financeiro, promovendo pesquisas e estabelecendo planos e políticas de investimentos e amortizações.

A escolha é aprovada por Dona Almerinda. “Ele tem facilidade em lidar com números e raciocínio lógico. Acho que escolheu a carreira certa”, frisa.

A constatação tem o aval da professora de Matemática do polo Elerj, Flávia Brum, que o descreve como um de seus melhores alunos. Se Lucas recebe elogios, a retribuição é imediata por parte de Dona Almerinda: “Os professores do PVS, além de bons profissionais e darem bons exemplos, são muito atenciosos e motivadores. Na verdade, eles são fantásticos”.

Assistir às aulas é a parte mais simples da rotina de Lucas e da mãe. Moradores de Thomaz Coelho, bairro da Zona Norte da cidade do Rio, utilizam o metrô para chegar ao centro da cidade, onde está localizado o Polo Elerj do PVS. Apesar da agilidade do estudante para controlar a cadeira de rodas, o



Dona Almerinda é uma aluna ouvinte, ao lado do filho Lucas, na sala de aula do PVS

Didática Especial

transporte é um desafio. Nem sempre os elevadores das estações do metrô estão funcionando, o que dificulta e atrasa o trajeto entre a casa e a sala de aula. Resta contar com a boa vontade dos funcionários da empresa em ajudá-los. Dona Almerinda diz que, com a acessibilidade nos ônibus, suas vidas foram facilitadas, mas que ainda está longe de ser tranquila. “O quadro hoje é bem melhor do que quando o Lucas era mais novo e eu tinha que carregá-lo nas costas, o que me ocasionou uma hérnia e me obrigou a passar por uma cirurgia no início de maio deste ano”, lembra.

A solidariedade que eles encontram nas ruas ajuda a reduzir os obstáculos. Dona Almerinda e Lucas são conscientes das limitações, mas dispostos a superá-las. Indagada sobre como consegue se dedicar tanto, ela responde com o verdadeiro coração de mãe. “Eu não aguento nada. Na verdade, faço isso com os pés nas costas, com satisfação. O Lucas é o meu grande motivador, pois está sempre bem humorado, não reclama de nada e está sempre disposto a sair. Apesar de suas limitações físicas, ele esbanja alegria”, afirma.

Já no final da entrevista, Lucas mostra um escudo colado em sua cadeira, pois queria contar que joga futebol. Dona Almerinda explicou que o filho chegou a pensar em tentar vestibular para Educação Física, mas ela o fez ver que as dificuldades seriam ainda maiores. Lucas desistiu da Educação Física, mas não da prática esportiva: ele é atleta de power soccer, uma modalidade de futebol para cadeirantes. “Ele sempre gostou muito de futebol e já quis até ser técnico”, ressalta a mãe, com orgulho.



Bom em números, Lucas quer cursar a graduação em Ciências Atuariais



De um lado, o cansaço após o dia de trabalho, as dificuldades de um ensino fundamental deficiente, a ansiedade comum de quem vai enfrentar o vestibular e o Enem. De outro, a determinação de quem não pensa em desperdiçar a oportunidade, a vontade de mudar de vida. É com esses e outros fatores que os professores do Pré-Vestibular Social (PVS) da Escola do Legislativo têm que lidar a cada aula.

O polo é o único entre os mais de 50 da Fundação Ceciej a funcionar no horário noturno. Assim, os mestres também precisam lidar com o próprio cansaço para manter a turma motivada até às 22h.

Flávia Brum (acima), professora de Matemática, diz que para lecionar no PVS é preciso buscar formas de sanar deficiências que os estudantes carregam desde o ensino fundamental. “O nosso aluno é especial, não só pela questão de ser à noite, mas porque muitos não têm base de Matemática. Então, temos que retomar a matéria, fazer uma revisão e sanar as dúvidas que ele tinha na base”, explica a professora.

Entre os alunos de 2013, 43% são os principais responsáveis pelo sustento da família. A metodologia aplicada em sala de aula precisa levar em conta esta realidade. “O aluno do PVS não estuda em casa porque ele não tem tempo. Por isso, temos que intensificar os exercícios, para que ele não esqueça o que foi dado nos dias anteriores”, lembra.

A estratégia tem dado resultado. Entre os alunos de 2012, 95 foram aprovados no vestibular em universidades públicas ou com bolsa de estudos em instituições privadas. Motivo de orgulho para professores como José Augusto Dias Lima (abaixo), que leciona Redação desde o ano passado no polo e considera que a Elerj abre uma porta importante para aqueles que trabalham durante o dia e sonham com a universidade. Com um estilo mobilizador, José Augusto já conhece bem o segredo para garantir o envolvimento dos alunos e melhorar o aproveitamento: “Em um curso de pré-vestibular da natureza que é o PVS, com pessoas de uma faixa da população bastante carente, que trabalham o dia inteiro e depois vêm para cá cansadas tentar uma oportunidade educacional, fica muito difícil não dar uma aula que não seja prática. A dinâmica é fundamental para que o conteúdo seja assimilado. Por isso, é indispensável envolvê-los no processo”, conclui.





Vereadores: Programa de Formação reúne 150 legisladores

Durante dois dias do mês de fevereiro, vereadores de todo o Estado do Rio de Janeiro deixaram seus municípios e se reuniram na Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro: um encontro de formação com espaço para discussões técnicas, políticas e integração entre os parlamentares

*“Aprimorar técnicas e conceitos para serem aplicados em meu município e, de um modo especial, proporcionar à minha cidade um mandato de responsabilidade, com qualidade no trabalho”. Esta é apenas uma das expectativas apresentadas pelos legisladores que participaram do **Programa de Formação e Integração dos Vereadores Eleitos**, realizado pela Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) nos dias 25 e 26 de fevereiro. Ela sintetiza bem o objetivo dos alunos e a importância desse tipo de capacitação, em especial para quem tem a responsabilidade de elaborar leis, projetos e fiscalizar as ações do Legislativo municipal.*

O evento aconteceu no auditório da Elerj, no Centro, e reuniu cerca de 150 vereadores, que representaram mais de 50 municípios do Estado do Rio. Durante o encontro, eles discutiram questões que fazem parte do dia a dia do Legislativo municipal, como a fiscalização das ações do Executivo, a elaboração do orçamento e de projetos de lei.

Ao discursar na aula inaugural, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Paulo Melo,

lembrou que já foi vereador e que no auditório da Elerj, naquele momento, estava a mais importante representação da classe política, aquela que é a base da pirâmide. “São os vereadores que atendem diretamente à população e identificam o problema do cidadão. A residência do vereador é, na realidade, o gabinete dele, pois é ali que ele atende a quem o procura”, afirmou.

Coordenador-geral da Escola do Legislativo, o deputado Gilberto Palmares destacou a importância da capacitação para os vereadores. “Há uma tomada de consciência quanto à necessidade de valorizar a qualificação. Neste curso, o primeiro voltado exclusivamente para os legisladores, eles tiveram a oportunidade de discutir diversos temas que surgirão em suas cidades”, lembrou.

Já o presidente da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo (Abel), Florian Madruga, elogiou a Elerj, classificando-a como uma das mais atuantes do país, e disse que iniciativas como essa devem ser copiadas por outras escolas de Governo. “Esse tipo de evento deve ser estimulado e até copiado pelas

outras Escolas do Legislativo, tanto pela integração que promove quanto pelo grande interesse que os vereadores têm em aprender”, frisou.

Principais personagens do encontro, os vereadores também destacaram o interesse em capacitações como essa, que reuniu um número expressivo deles, tanto novatos, quanto experientes. Engler Camargo (PSB), presidente da Câmara de Mendes, está em seu quarto mandato e, além de participar do curso, incentivou os colegas. “O vereador deve cumprir o seu papel constitucional, como criar leis e fiscalizar os atos do Executivo. Para isso, ele deve estar bem preparado no tocante às questões constitucionais. Assim, o aperfeiçoamento profissional, como este curso da Escola do Legislativo, é muito importante para nós”, destacou.

A vereadora Cecília Ribeiro Cabral, de Mangaratiba, está em seu primeiro mandato e é a única mulher na Câmara Municipal de sua cidade. Para ela, estar num evento dessa magnitude ajuda

bastante os vereadores, estreados ou não. “Por isso, toda a bancada de Mangaratiba, formada por 11 vereadores, participou do curso. Várias situações que encontramos em nosso dia a dia foram abordadas aqui e isso é muito bom, pois retrata a nossa realidade”, disse.

As palavras de Cecília encontraram eco no presidente da Câmara de Mangaratiba, Pedro Bertino Jorge Vaz, para quem atividades de qualificação deveriam ser realizadas com mais frequência. “Achei muito relevante a iniciativa da Elerj. Em minha opinião, cursos como esse poderiam acontecer mais vezes, para ajudar o nosso desenvolvimento”, afirmou.

Para o presidente da Câmara de Iguaba Grande, Vantuil Martins, a capacitação proporcionou uma grande integração entre os vereadores do Estado. “A Escola do Legislativo está de parabéns por ter reunido um número tão expressivo de vereadores e proporcionado uma grande integração entre o Poder Legislativo Estadual e o Municipal”, lembrou o parlamentar.

No encerramento do **Programa de Formação e Integração dos Vereadores Eleitos**, todos fizeram questão de exibir, orgulhosos, o Certificado de Participação.

Auditório lotado: 150 vereadores na sala de aula



Abertura do evento: os presidentes da Associação das Escolas do Legislativo, Florian Madruga, e da Assembleia Legislativa, deputado Paulo Melo, o coordenador da Elerj, deputado Gilberto Palmares, e o representante do Interlegis, Ricardo de Oliveira



Maria Clara Vasconcelos

Integração: a tônica do encontro

Uma das palavras-chave da capacitação realizada pela Elerj foi, sem dúvida, integração. Afinal, estavam reunidos no auditório da Escola do Legislativo vereadores de mais de 50 cidades de nosso Estado, representantes de diversas regiões. Além da vontade de aprender para melhor desempenhar seus mandatos, eles tinham em comum a certeza de que há muitos desafios a serem enfrentados na legislatura 2013-2016 nas Câmaras Municipais.

O vereador José Vasconcelos de Luna Junior, o Juninho, presidente da Câmara de Carapebus, aproveitou o grande número de colegas para pedir apoio ao movimento que prevê a duplicação da BR 101, que liga o Norte ao Sul do país, passando por 12 Estados. “A BR 101 é conhecida como a *Rodovia da Morte*, e em nossa região já perdemos diversos

amigos e familiares. Precisamos cobrar ações mais efetivas das autoridades estaduais e federais e fazer um movimento legislativo, sem conotação partidária, que possa acelerar a obra de duplicação. Todo dia morre uma pessoa vítima de acidentes na BR 101, e isso não pode continuar”, disse.

Segundo Juninho, o movimento iniciado no auditório da Elerj ganhou o apoio de diversos vereadores, em especial daqueles cujas cidades são cortadas pela rodovia. Desde então, o número de simpatizantes aumentou consideravelmente e até uma audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa para debater o assunto.

“Nossa luta será incessante até conseguirmos nosso objetivo, que é a duplicação da BR 101”, concluiu o presidente da Câmara de Carapebus.

Além de capacitação, articulação entre vereadores



Capacitação levou à descoberta de novos cursos

Além da formação e da integração propiciada ao longo dos dois dias do encontro, a capacitação também proporcionou aos vereadores a oportunidade de conhecer um pouco mais da Escola do Legislativo e do que a instituição oferece aos servidores e parlamentares. Os cursos de curta duração, por exemplo, despertaram o interesse de diversos vereadores, que logo trataram de fazer suas inscrições e garantir vaga nas turmas que estavam por vir.

Foi, por exemplo, o caso de Ericsson Ribeiro de Lima, de Belford Roxo, que durante o mês de abril participou do curso de 'Regimento Interno da Alerj' e ficou satisfeito. "Os cursos da Escola do Legislativo nos levam a confrontar a teoria da sala de aula com a prática de nosso dia a dia. O que fiz foi de muita valia, pois me levou a estudar e me capacitar para desempenhar melhor o meu mandato", afirma.

Para o vereador Vitor Oliveira Medeiros, de Iguaba Grande, aluno do curso de 'Redação Oficial', o aprendizado foi muito proveitoso. "Desde que fiz a capacitação de vereadores venho acompanhando a página da Elerj no Facebook. Quando vi esse curso, fiz logo minha inscrição. Gostei muito das informações e da dinâmica dos professores. Pretendo fazer outros cursos ao longo do ano", garante.



Luana Souza

Luiz (segundo à esquerda) e Vanessa, com outros vereadores de Areal

Apesar do longo tempo de viagem, que poderia chegar a três horas, levando em conta a distância (cerca de 120 quilômetros) e o engarrafamento, os vereadores Luis Zimbrião e Vanessa Santinon, do município de Areal, foram assíduos durante as aulas do curso de 'Processo e Técnica Legislativa', oferecido pela Elerj em março.

Luis Zimbrião, que soube da oferta dos cursos durante a capacitação de vereadores, quer inclusive matricular-se em outros que o ajudem ainda mais a cumprir bem seu mandato. "O curso realmente foi muito bom. Todo dia me deparo, na prática, com situações que foram citadas pelo professor durante as aulas. Isso mostra a importância de estarmos bem preparados. Eu quero fazer outros cursos para melhorar meu trabalho legislativo", disse. Vanessa Santinon concorda com o colega. "O aprendizado deste curso foi muito útil, tanto que trouxe boa parte do conteúdo para a Câmara, até mesmo para estudar possíveis mudanças em nosso Regimento Interno, na elaboração de projetos e leis que venham a beneficiar nosso município", garante a vereadora.



Maria Clara Vasconcelos

Vitor Medeiros (à direita), com parte da bancada de Iguaba Grande



Bancada feminina: Menor em número, não em determinação

A participação feminina na política brasileira ainda está longe do ideal, mas a minirreforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09, que obrigou os partidos a preencherem 30% das vagas em eleições proporcionais com candidatos de um dos sexos) provocou um aumento significativo no número de candidatas a vereadoras na eleição do ano passado, em comparação com 2008: passou de 22,08% para 31,89%. O número de eleitas, no entanto, não acompanhou essa evolução: em 2012, dos vereadores eleitos, 13,33% são do sexo feminino, percentual quase igual ao da eleição anterior, que foi de 12,53%.

A maioria masculina também foi refletida no **Programa de Formação e Integração dos Vereadores Eleitos**, realizado pela Escola do Legislativo. De um total de 186 inscritos, apenas 16 eram mulheres, ou seja, 8,6%. Mas a inferioridade numérica não tirou o ânimo, a determinação, o entusiasmo e a vontade de aprender daquelas que estiveram no auditório da Elerj. Ao contrário, serviu de estímulo não só para seus mandatos, mas também para incentivar outras mulheres a participarem mais ativamente da vida política de seus municípios.

Para Leila Velasco, única vereadora eleita em Cambuci, a mulher tem características fundamentais para a atividade política. “Eu acho que a mulher

tem coragem e, na política, tem uma sensibilidade maior para tratar as pessoas. Isso faz a diferença, principalmente na cidade do interior, onde o político não deixa de ser um assistente social, que tem que atender a tudo e a todos. Muitos se candidataram, mas só eu fui reeleita, e, como vereadora, tento representar as mulheres do meu município da melhor maneira possível. E cursos como esse da Elerj são muito importantes para nós”, enfatiza.

Primeiro mandato

Estreante no cargo, mas envolvida com política há mais de 20 anos, a vereadora Cristiane Pelinca, do município de Mesquita, viu no curso a oportunidade de adquirir novos conhecimentos. “Resolvi disputar a eleição agora porque o município é novo e, até então, não possuía nenhuma mulher no Legislativo. Achei que esse era o momento de contribuir com a cidade nas políticas públicas. Por isso, acompanho o que acontece na Assembleia Legislativa e fiquei sabendo do curso para os vereadores eleitos. Foi muito proveitoso, pois, por ser meu primeiro mandato, ainda sou inexperiente no hábito legislativo. O conhecimento adquirido será fundamental, em especial as questões sobre fiscalização e orçamento”, disse.

Antes de se candidatar à Câmara Municipal do Município de Areal, Vanessa Santinon exerceu as atividades de advogada e professora. Em 2008, foi eleita vereadora pela primeira vez. Reeleita em 2012, participou do curso da Elerj e disse estar satisfeita com o aprendizado. “Algumas dúvidas que eu tinha antes de me tornar vereadora foram sanadas durante o curso, principalmente na palestra do desembargador Claudio Brandão, da

Parte da bancada feminina que participou da capacitação na Elerj: Vanessa Santinon (Areal), Isabel Pessanha (Quissamã), Cristiane Pelinca (Mesquita), Jussara Barrada (Cordeiro), Kitiely Freitas (Quissamã), Rosana Raposo (São José do Vale do Rio Preto), Cecília Cabral (Mangaratiba) e Michelle Cabral (Valença)



Emerj”, frisa. Para Vanessa, a mulher tem como característica principal a sensibilidade. “A gente leva isso para o nosso dia a dia. Na política, a usamos para ouvir a população e tentar chegar à solução dos problemas”, lembra.

Quem também concluiu o curso, e está confiante no aumento da participação feminina na política brasileira, é a vereadora Rosana Raposo, de São José do Vale do Rio Preto. “Sou professora por formação e resolvi ser candidata a vereadora pelo trabalho educacional que realizo e pela esperança de superar as dificuldades que enfrentamos em nossa cidade. As palestras abriram o meu campo de conhecimento, por ser uma área totalmente diferente da educação. Acho que as mulheres estão tomando o espaço e, em breve, vão dominá-lo por completo”, exalta.

Teoria e prática

Vivenciar em sala de aula diversas situações que ocorrem no dia a dia dos municípios foi o que mais entusiasmou a vereadora Michelle Cabral, única mulher entre os 12 legisladores de Valença. “Saímos do curso com uma bagagem maior. Eu me vi em várias situações pelas quais passo em minha cidade, como a questão da lei orçamentária. No primeiro mandato, a gente ainda

está cru em relação a essas leis e o curso da Escola do Legislativo foi brilhante para esclarecer vários pontos. E isso é essencial para nós, que estamos no Legislativo, fiscalizando o Executivo e propondo leis e projetos”, lembra Michelle, que fez questão de elogiar a participação feminina. “A mulher no poder é fantástico e fiquei feliz de ver outras colegas participando do curso. Temos a sensibilidade que alguns homens não têm e a diversidade de produção, pois conseguimos cuidar do lar e dos filhos, nos multiplicando. À frente do poder, temos um olhar diferente em relação a várias coisas que talvez o homem não veja. Não é uma visão feminista; é uma visão realista”, destaca.

Situação parecida viveu Cecília Cabral, que está em seu primeiro mandato e é a única vereadora da Câmara Municipal de Mangaratiba, formada por mais dez colegas do sexo masculino. Ela também encontrou, nas palavras dos palestrantes, várias situações idênticas às vividas em sua cidade. “Durante vários exemplos dados nas palestras me vi em situações com as quais me deparo em meu trabalho legislativo. Como estou em meu primeiro mandato, anotei todas as informações que os palestrantes passaram, pois tenho certeza que me serão muito úteis”, conclui.

Jovem, mas veterano em política

Quem chegasse ao auditório da Elerj e encontrasse Bruno Lessa, 22 anos, de aparelho nos dentes, sorriso solto, olhar atento e simpatia contagiante, certamente o confundiria com um estudante universitário. E ele é. Porém, é também vereador no município de Niterói, eleito no ano passado, quando ainda tinha 21 anos. Bruno, estudante de Direito da UFF, era o mais jovem entre os cerca de 150 parlamentares que participaram da Capacitação realizada pela Elerj.

Apesar da juventude, Bruno já é um ‘veterano’ quando o assunto é política: disputou a primeira eleição em 2008, com apenas 17 anos, e era o candidato mais jovem do Brasil. Também foi o mais votado de seu partido em



Niterói, que, entretanto, não conseguiu coeficiente eleitoral. O jovem vereador vê as iniciativas de capacitação como auxílio fundamental para superar limitações das casas legislativas. “As Câmaras, em sua maioria, não possuem um corpo técnico muito grande nem capacitado. É muito importante a Assembleia Legislativa possibilitar um curso de formação tão completo e com pessoas tão capacitadas. Eu aproveitei muito e tenho certeza que todos os outros vereadores também tiveram um aproveitamento significativo. Certamente, isso vai ser reproduzido nos municípios, através de projetos e leis mais bem elaborados”, conclui.



Todos em busca do conhecimento

Uma Escola de Governo política, porém apartidária. A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro é um espaço de formação aberto a todos os partidos. Na capacitação oferecida para vereadores, esse princípio ficou claro. A divulgação intensa do curso foi feita para todas as 92 câmaras municipais do Estado. Entre os inscritos, legisladores de 25 partidos.

As matrículas foram garantidas obedecendo à ordem de inscrição e, devido ao grande interesse, não foi possível atender a todos. Entre os participantes da capacitação que responderam à pesquisa final, as bancadas mais expressivas foram as do PMDB, com 16 vereadores, e do PT, com 14, seguidas do PSC (9), PSB (7) e PRTB (7).

A representação por cidade ficou distribuída entre cerca de 50 municípios. Os que tiveram maior número de presentes foram Cordeiro, Mangaratiba, Duque de

Aprendi muita coisa que será útil no meu mandato de vereador.

Pude aprender muito sobre a Constituição e o Poder Legislativo. Saio com uma bagagem maior.

Caxias e Iguaba Grande. Os homens eram maioria e a diversidade da representação popular no Parlamento foi refletida na origem dos participantes.

Os vereadores eleitos para o mandato 2013/2016 têm histórias profissionais bem distintas. Antes de ocupar uma vaga nas câmaras, eles atuavam como comerciantes (14), servidores públicos (12), professores (10) e policiais militares ou civis (9). Mas entre os vereadores também havia agricultores, carteiros, músicos e procuradores.

Lado a lado no auditório da Elerj, vereadores que possuem também diferentes níveis de formação: do ensino fundamental incompleto ao mestrado. Todos com o mesmo objetivo: o aprimoramento da atuação legislativa.

A Elerj aproveitou a oportunidade para realizar um levantamento sobre os temas de maior interesse dos vereadores. Cursos de Oratória, Processo e Técnica Legislativa, Orçamento Público e Improbidade Administrativa foram os mais solicitados.

A avaliação final indicou que 99% dos participantes tiveram as expectativas atendidas. Estimulados a opinar sobre a atividade, sem necessidade de identificação, os parlamentares traduziram em palavras essa aprovação, como pode ser constatado nos textos em destaque.

Minhas expectativas foram atendidas, devido ao alto nível de conhecimento e experiência dos palestrantes.



O motivo de ter vindo para a Capacitação foi aprimorar os conhecimentos. Nós, que trabalhamos com o público e temos a responsabilidade de criar as leis do nosso município, temos que ter o conhecimento para aplicá-las na fiscalização, em favor da população. Parabenizo a Elerj pela iniciativa, que é importante para aprimorar o conhecimento dos vereadores, trazer informações que são desconhecidas por todos nós. A gente sabe que o tempo é curto, às vezes é cansativo, a gente sai do interior, viaja várias horas, mas vale a pena pelos conhecimentos que a gente adquire e leva para aplicar em nosso município e, assim, gerar benefícios para a nossa cidade

ROBSON PINTO DA SILVA,
o 'Robson Careca'

Presidente da Câmara de Cordeiro



Maurício Lopes (1º à esquerda) e os vereadores de Teresópolis

Como estou em meu primeiro mandato, ainda não passei por algumas situações como as apresentadas no curso, mas gostei muito da última palestra, porque falava de Defensoria Pública, assunto ao qual pretendo me aprofundar para seguir com um mandato mais firme. Achei ótima a iniciativa dos cursos. Sete vereadores de primeiro mandato lá de Teresópolis participaram da capacitação e, tenho certeza, isso vai ajudar muito na elaboração de nossos projetos em prol do município

MAURÍCIO LOPES

Presidente da Câmara de Teresópolis

O objetivo é sempre aprender e achamos a capacitação muito interessante. Tanto que os 11 vereadores de Iguaba Grande estavam presentes no curso. As palestras foram muito boas e aprendemos bastante. Tínhamos algumas dúvidas que teríamos que ir à Procuradoria do Município ou até na Procuradoria da Câmara para resolvê-las, mas durante a capacitação na Elerj elas foram sanadas. O convívio com pessoas com bastante experiência também no ensinou muito

PAULO CESAR RITO,
o 'Paulinho Rito'

Vereador de Iguaba Grande







Cursos Dia e Noite

Quando as atividades do Plenário são encerradas na Assembleia Legislativa, na Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) o trabalho não termina. O horário noturno tem sido cada vez mais movimentado nas salas da unidade. Além da pós-graduação, do Pré-Vestibular Social e dos cursos de línguas, em 2013 foram iniciados também cursos de curta duração com aulas após o fim do expediente. A intenção é atender a servidores que têm interesse na capacitação, mas não dispõem de horário livre durante o dia. Mais uma ação com objetivo de aumentar a sintonia da Elerj com a Casa.

Os cursos de curta duração – com até 40 horas de aula – oferecem aprimoramento em temas relacionados ao processo legislativo, que no estado do Rio de Janeiro só são encontrados na Elerj. Há formação também em áreas de gestão pública, além de cursos instrumentais. Tradicionalmente, as aulas são ministradas pela manhã, antes do início das sessões plenárias.

Orçamento Público foi o tema escolhido para inaugurar o novo horário, das 19h às 21h, em março de 2013. O acerto da experiência foi comprovado já nas inscrições: 51 alunos se matricularam para as aulas com o professor Ari Vainer, especialista no assunto, que abordou temas como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Papel do Legislativo no processo orçamentário.

Ainda no primeiro semestre, atendendo à sugestão de parlamentares e servidores, a Elerj realizou o curso de Oratória, com prioridade para deputados estaduais e vereadores. As aulas foram ministradas pelo Professor Olinto Filho, com 25 anos de experiência.

A programação das atividades de curta duração

tem buscado atender à demanda da Assembleia Legislativa e das câmaras municipais: “Contamos com um instrumento muito importante para nosso planejamento: as avaliações que fazemos ao final dos cursos, um espaço aberto para as sugestões dos alunos. Também acompanhamos as ações das demais Escolas do Legislativo do país, buscando estar em sintonia com as novidades da área”, explica a coordenadora dos cursos de curta duração, Maria Alice Tavares.

A grade de cursos tem atraído alunos de vários municípios. O vereador Enderson da Silva enfrentou, todas as terças e quintas do mês de maio, 90 quilômetros de distância entre o município de Pirai e o Rio de Janeiro para frequentar as aulas de Oratória. “O fato de o curso ser à noite facilita muito, porque, no meu caso, não pego muito trânsito para o Rio. E assim não falto na Câmara”, afirmou o parlamentar, aprovando o novo horário.

No primeiro semestre de 2013, no horário da manhã, foram oferecidos cursos como Processo e Técnica Legislativa, Regimento Interno, Redação Oficial e Aprimoramento Parlamentar em Políticas de Segurança Pública, este em parceria com a Polícia Militar/RJ, e Atualização em Língua Portuguesa.

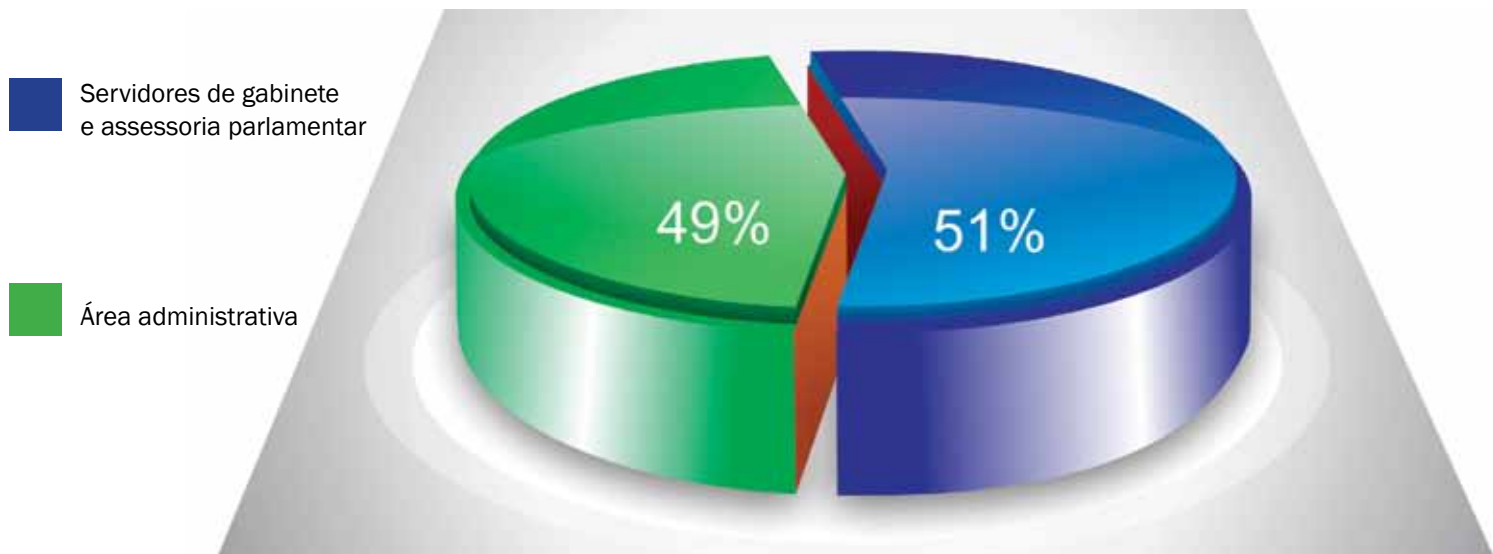
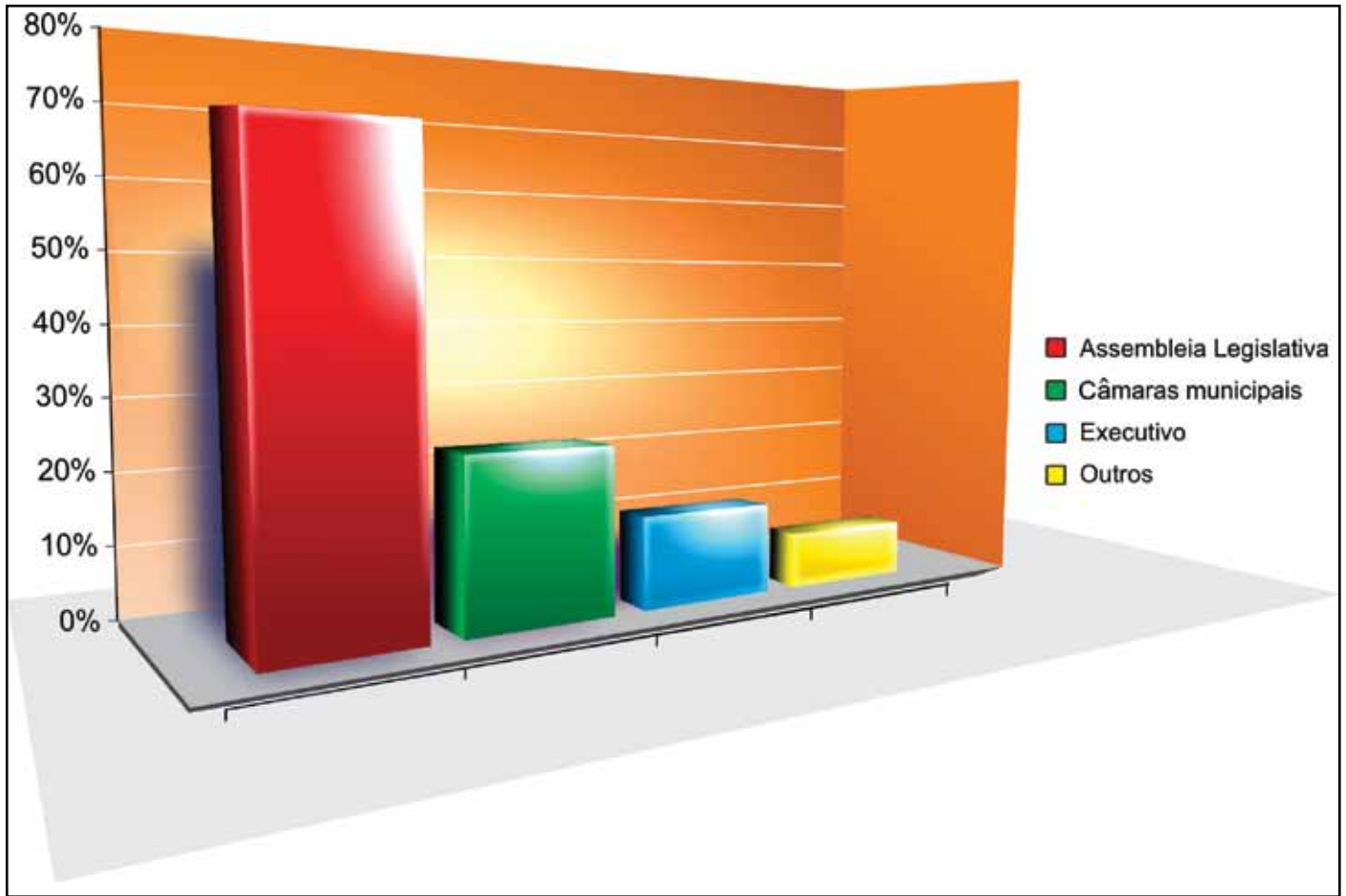
Os Alunos

Os cursos de curta duração oferecidos pela Elerj têm como prioridade parlamentares e servidores da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e das câmaras municipais. A Escola busca abrir as portas, sempre que possível, aos servidores do Executivo e de instituições parceiras interessadas na capacitação.

Análise dos dados dos alunos de 2012 revelou que 75% dos participantes destes cursos eram da Assembleia Legislativa, 12% de câmaras municipais, 7% do Executivo (prefeituras e secretarias), além de 6% de outras instituições.

Os participantes da Alerj se dividiam entre servidores de gabinetes e assessoria parlamentar (51%) e da área administrativa (49%). Quanto à formação, a maioria conta com Graduação Completa (42%) e as faixas etárias de 40 a 49 anos e de 50 a 59 são as que concentram maior percentual de alunos: 29% cada.





Ensino Fundamental e Médio **semipresencial**

Nova modalidade atende a servidores que não têm horário livre

Há cinco anos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um dos principais programas desenvolvidos pela Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj). Neste período, servidores e funcionários terceirizados da Assembleia Legislativa e das câmaras municipais tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental e médio, frequentando as aulas diárias nas salas da Elerj. Mas a obrigatoriedade da presença durante quatro horas, de segunda a sexta-feira, impediu que muitos alunos pudessem voltar a estudar.

A redução no número de matrículas não representou a falta de interesse no curso, mas a necessidade de implantação de um novo modelo. Em 2013, a Elerj atendeu a essa necessidade iniciando os cursos de segundo segmento do Ensino Fundamental e de Ensino Médio na modalidade semipresencial. A

aula inaugural contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Paulo Melo, do diretor-geral da Alerj, José Carlos Araújo, do coordenador da Escola do Legislativo, deputado Gilberto Palmares, e da diretora do Centro Educacional de Niterói (CEN), Margarete Araújo.

Nessa nova estrutura, o aluno recebe o material didático e é orientado por tutores em sala de aula, duas vezes por semana, no horário de sua preferência. Ao cumprir o programa, ele agenda a avaliação de cada disciplina e, uma vez aprovado, recebe o certificado de conclusão.

Maurício Silva, de 52 anos, funcionário da Casa, foi um dos beneficiados da modalidade semipresencial. “Eu queria fazer a EJA antes, mas não fiz por falta de

tempo, já que não podia ficar quatro horas em sala de aula. Agora, posso estudar em casa e tirar as dúvidas aqui na Elerj”, afirma ele, que sonha em concluir o Ensino Médio.

O servidor conta que sua vida foi muito difícil e, na juventude, teve que optar entre estudar ou garantir o sustento. Trabalhou em lanchonete, fábrica de sapato, oficina, construtora e como vendedor. “Por conta disso, não pude retornar aos estudos. Agora, ao recomeçar, tive alguma dificuldade para ler e entender as apostilas, mas, quando venho tirar



Hélio Araújo

A subdiretora-geral da Elerj, Rosângela Fernandes, dá boas-vindas aos alunos da EJA

dúvidas com os professores, esclareço tudo. Tenho muita força de vontade e é isso que importa”, afirma Maurício.

História parecida tem Leandro da Conceição Dutra, de 35 anos, auxiliar de serviços gerais da Alerj. Ele também parou de estudar para sustentar a família e já não tinha mais esperanças de voltar à sala de aula. “Agora eu consigo conciliar o trabalho com os estudos e estou muito animado. Já estou na segunda apostila, com notas altas, como 8 e 9. Com certeza vou conseguir alcançar meus objetivos, concluir os estudos e, futuramente, fazer uma faculdade”, diz Leandro, confiante.

Para oferecer esta nova modalidade aos servidores, foi realizado processo licitatório para contratação de instituição cadastrada no Ministério da Educação (MEC), apta a oferecer o curso com a qualidade exigida. Vencedor da licitação, o Centro Educacional de Niterói (CEN), fundado em 1960 e mantido pela Fundação Brasileira de Educação (Fubrae), é um complexo educacional que desenvolve atividades nas áreas de Educação Infantil, Ensino fundamental e médio. “O interesse pela educação semipresencial está crescendo. Temos implantado os cursos em inúmeros órgãos públicos e empresas. O material é desenvolvido para o aluno estudar sozinho e onde quiser, especialmente pessoas que têm pouco tempo disponível. O aluno pode estudar até mesmo em casa ou quando estiver a caminho do trabalho”, comentou a diretora-geral da instituição, Margarete Araújo.

O material é desenvolvido para o aluno estudar sozinho e onde quiser

A procura superou as expectativas. “Fizemos contato com os servidores e terceirizados que já haviam nos procurado e as vagas foram rapidamente preenchidas. Hoje, temos 60 alunos de diversos gabinetes, diretorias e departamentos da Casa. Vamos acompanhar esses alunos para que eles possam avançar e atender à fila de espera se houver desistências”, afirma a coordenadora da Educação de Jovens e Adultos da Elerj, Eliete Tavares.

O curso, oferecido gratuitamente para servidores da Alerj, prevê a realização do Ensino Fundamental em quatro módulos, com duração de 24 meses. Já o Ensino Médio tem três módulos e deve ser concluído em 18 meses. Os professores estão disponíveis para esclarecimento de dúvidas dos alunos às terças e quintas-feiras, das 9h às 12h e das 13h às 17h.



O presidente da Alerj, deputado Paulo Melo, na aula inaugural

Hélio Araújo



Maurício Silva sonha concluir os estudos

Hélio Araújo



Leandro Dutra com o material didático

Luana Souza



Alunos da EJA tiram dúvidas em sala de aula

Caio Oximenes



Capacitação simplifica declaração do IR

Parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC/RJ) leva servidores e contadores à Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj)

O primeiro semestre de cada ano reserva aos brasileiros momentos de preocupação, tensão e correria. Tudo por conta do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda. O medo da ‘mordida do leão’ da Receita Federal acaba por tirar o sono de muitos contribuintes, que se vêem envoltos em rendimentos, débitos, saldos bancários, máquinas de calcular e números, muitos números. Pela inexperiência no assunto, alguns acabam caindo na ‘malha fina’ e têm de dar explicações sobre a declaração à Receita Federal.

Para tirar dúvidas dos contribuintes e simplificar o preenchimento da declaração do Imposto de Renda, a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj) realizou, em março, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, a ‘Capacitação Imposto de Renda - Pessoa Física’. Ministrados pelo professor Edmilson Lins Machado, do CRC-RJ, os dois encontros no auditório da Elerj reuniram servidores

do Poder Legislativo estadual e de municípios e contaram também com a participação de contadores do CRC.

Entre os temas abordados, Rendimentos, Bens e Direitos, Espólio, Dependentes, Doações e Dívidas e Ônus Reais, entre outros. Ao final, após muitos questionamentos dos alunos, que foram prontamente respondidos pelo professor, inclusive com exemplos práticos vivenciados em seu dia a dia profissional, a iniciativa da capacitação foi bastante elogiada e, segundo os participantes, deixou a todos com um “gostinho de quero mais”.



Hélio Araújo

Os servidores ouviram atentamente as dicas do professor Edmilson Machado

Universidade e Parlamento

Eles são jovens, cheios de planos, questionamentos e vontade de aprender. Além da carga horária de estudo nas instituições de ensino superior, optaram por frequentar também outra sala de aula: a da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj). A segunda edição do curso *Parlamento Brasileiro: ontem, hoje e amanhã*, iniciada em maio, despertou interesse dos universitários e teve, rapidamente, as inscrições esgotadas.

Em 2012, 63 alunos participaram do curso, com carga horária de 36 horas-aula. A avaliação realizada revelou que mais de 90% dos alunos tiveram as expectativas atendidas e as sugestões levaram a pequenos ajustes no programa organizado em três módulos: “A História do Estado e do Parlamento”, “O processo Legislativo” e “O papel do Legislativo no Orçamento”.

Entre os 70 inscritos na edição deste ano, estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de outras instituições. A maior parte cursa Direito e Ciências Sociais, mas há também alunos de História, Relações Internacionais, Pedagogia e Comunicação. Os estagiários da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) também participam. Aline Lopes cursa Ciências Sociais na Uerj e estagia na Presidência da Alerj. “O meu interesse se debruça sobre o sistema organizacional e todo o processo legislativo que envolve a elaboração das leis”, pontua.

Mas o programa sobre o Parlamento Brasileiro atrai também a atenção de alunos estrangeiros. Jorge



Capitão Pedro (na foto, o último sentado à direita) é angolano e, no Brasil, cursa o quarto período de Direito. Com o objetivo de seguir no futuro a carreira diplomática, viu na capacitação oferecida pela Elerj uma boa oportunidade. “Quero entender um pouquinho do Legislativo daqui para, quando retornar à minha terra, saber mais da estrutura do Parlamento, o que fazem os políticos e como são as leis”, explica.

O interesse despertado pelos alunos chamou atenção do professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ, Carlos Eduardo Martins. Já nas primeiras aulas, o tempo foi pequeno para as questões levantadas. Na opinião do professor, a capacitação preenche uma lacuna existente. “Desde a Constituição de 1988, introduzem-se mecanismos de democracia participativa. A Elerj, ao estimular o estudo do Parlamento, atua nesta direção. Por outro lado, a maior parte das reflexões da ciência política é sobre o Poder Executivo e este curso aprofunda reflexões sobre o Parlamento”.



Um mesmo tema, diferentes pontos de vista. A Constituição Federal de 1988 é considerada a Lei Maior do país, mas até hoje não há consenso a respeito de sua importância para a consolidação e o avanço da democracia brasileira. A Revista da Elerj abre espaço para diferentes visões sobre o tema. Cabe ao leitor formar sua própria opinião.

A desgraça de 88

Em 88, produziu-se uma desgraça para o Brasil, a qual usualmente é denominada Constituição. Seus defensores costumam realçar o fato de que nunca o Brasil passou por tão longo período sem golpe de estado. Todavia, na década de setenta do século passado, golpes de estado eram eventos quase mensais na Bolívia. Desde 5 de outubro de 1988, quando a desgraça de 88 entrou em vigor no Brasil, quantos golpes de estado houve na Bolívia, Chile, Argentina ou Colômbia? Depois dessa data, elegeram-se governos de esquerda na Venezuela, Equador e na própria Bolívia, cujos mandatos estão sendo cumpridos sem intervenções militares.

A desgraça de 88 também não é responsável pela redemocratização do Brasil, porque suas normas sobre estrutura política são iguais à da Carta da ditadura, aquela editada em 67 e piorada em 69.

Em 1º de janeiro de 1979 entrou em vigor a Emenda nº 11/78, que revogou o AI-5. A desgraça de 88 é mera maquiagem do cadáver insepulto da Carta ditatorial, com a redação da Emenda nº 11/78. Assim, não foi a desgraça de 1988 que terminou com o AI-5 nem reduziu as normas de exceção da ditadura, porque tudo isso já acontecera quase dez anos antes.

Os ditadores de 64 provocaram brutal centralização no Brasil e, porque sabiam que o Poder Legislativo é o baluarte da democracia, impediram-no de legislar. A desgraça de 88, em vez de reparar tais crimes, aprofundou-os.

Quanto à Federação, o art. 188 da Carta de 67 ensaiou aquilo que, com base no AI-5, a junta militar escreveu, no caput do art. 200 da Carta de 69: os Estados necessitam ter instituições exatamente paralelas às da União. Portanto, devem marchar compassadamente, como um batalhão bem treinado. Dá-se a isso o nome de princípio da simetria. Segundo ele, qualquer norma da dita constituição “federal” que discipline a estrutura

dos Poderes é de obediência obrigatória pelos demais entes da “federação” e, mesmo que nada tenha sido escrito, considera-se tal dispositivo como se inserido estivesse em cada Constituição estadual ou Lei Orgânica municipal. Nada de novo pode ser feito, porque, segundo o que os torturadores acreditavam e a desgraça de 88 manteve, o Brasil é composto por mais de cinco mil municípios exatamente iguais, com exatamente os mesmos problemas e as mesmas características.

O único efeito do princípio da simetria é que uma Constituição estadual ou repete bovinamente a Constituição “federal” ou é inconstitucional. Isso é cruel, porque permite a todas as forças antipopulares e antidemocráticas a mais injusta crítica aos Poderes Legislativos locais: a de que eles produzem muitas regras contrárias à Constituição “federal”. Ora, no atual sistema constitucional brasileiro, a única maneira de um legislador local não produzir leis inconstitucionais é faltar ao trabalho...

Enfim, parece óbvio, mas tem que ser dito: a construção de um edifício começa por suas fundações - invisíveis, porque abaixo do solo - e necessariamente envolve o planejamento e instalação de sistema elétrico, de água e de esgoto. Com tudo isso funcionando bem, é possível afirmar-se que o edifício proverá abrigo, conforto, privacidade, enfim, moradia às pessoas. A desgraça de 88 fez o caminho inverso. Sem modificar a forma de estado federal nem alterar o modelo de falsa separação de poderes, ambos herdados da ditadura, ela se afirma cidadã porque concede direitos ao vento. Acreditar nela é o mesmo que acreditar num arquiteto que comece a construção de um edifício pela piscina da cobertura.

Rodrigo Lopes

Procurador-Geral da Alerj

Cidadania, democracia e liberdade

Em outubro próximo, comemoraremos vinte e cinco anos da promulgação da Carta Magna da República, a “Constituição Cidadã”, como foi batizada pelo Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulisses Guimarães. O título que atribuiu àquele diploma não poderia ser mais adequado. A Constituição de 1988 representou um marco no processo de redemocratização do país. Os avanços podem ser percebidos por um leitor minimamente atento, principalmente se levarmos em consideração o cenário político que marcava o período da edição da Carta de 1967 e a de 1988.

Nesse diapasão, analisemos preliminarmente a forma de convocação e instalação das duas Assembleias Constituintes. Em 1966, o marechal Castelo Branco convocou extraordinariamente o Congresso para discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado por ele. Essa foi, portanto, uma Constituição outorgada quanto a sua origem, uma vez que, na prática, o Congresso não possuía liberdade suficiente para alterar de forma substancial o documento encaminhado pelos militares.

Por outro lado, a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em Janeiro de 1987, fora convocada para elaborar uma Constituição democrática, a partir das eleições gerais realizadas em novembro de 1986. Os debates acerca do novo texto constitucional se deram com significativa mobilização popular, que, se por um lado não correspondiam plenamente aos anseios da sociedade, representavam mais um sopro dos ares democráticos que estavam por vir, concluindo com sua promulgação a 5 de outubro de 1988.

Analisando as mudanças de conteúdo da Constituição de 67 para a atual, notamos marcantes aspectos concernentes ao processo legislativo. No Diploma de 1967 existia a possibilidade da edição de decreto-lei, já a Constituição de 1988 contempla uma espécie normativa que em muito se assemelha à medida provisória. Contudo, algumas diferenças se apresentam: a expedição do decreto-lei

pressupunha alternativamente urgência ou interesse público relevante, já para a medida provisória, esses requisitos são cumulativos, ou seja, é necessário que a matéria seja urgente e relevante. O decreto-lei não podia implicar aumento de despesa e restringia-se a determinadas matérias, enquanto a medida provisória independe de condição financeira e, até a Emenda 32, podia versar sobre qualquer matéria.

Outro aspecto que merece destaque é o chamado “decurso de prazo”. Esse instrumento impunha a aprovação tácita de um decreto-lei, caso o Poder Legislativo não se manifestasse ao fim de sessenta dias. No caso da medida provisória, entendeu o legislador constituinte de 1988 que, uma vez decorrido o prazo de 45 dias, a pauta fica sobrestada, não se podendo votar nenhuma outra matéria enquanto não houver a decisão final quanto à medida provisória. Caso não se manifeste o Congresso, fica a medida provisória rejeitada tacitamente.

Por fim, destacamos o reconhecimento do município como ente federativo, atribuindo autonomia legislativa, política, administrativa, tributária e financeira na Carta de 88, além dos avanços no campo democrático com a introdução das eleições diretas em todos os níveis, o direito a voto para analfabetos, entre tantos. Certamente deixamos de abordar muitos outros avanços no campo da garantia dos direitos individuais e coletivos.

Assim, a Constituição de 1988 merece o reconhecimento de avanço em relação ao texto que a antecedeu, sobretudo daqueles que prezam a democracia e a liberdade.

Carlos Frederico
Professor e Assessor Legislativo

Algumas ações e atividades desenvolvidas pela Escola do Legislativo se transformaram em temas de notas e matérias em diversos veículos de comunicação. No primeiro semestre deste ano, a Elerj foi citada cerca de cem vezes na mídia, algumas das quais podem ser vistas nos exemplos abaixo.



▶ Revista O Globo



▶ Rádio Globo AM



▶ Extra



▶ Folha Dirigida



▶ O Fluminense



▶ Extra



▶ O Dia



▶ Folha Dirigida

E
L
E
R
J

Trabalhando para aperfeiçoar e democratizar o saber legislativo

Capacitações

Educação de Jovens e Adultos

Seminários

Debates

Parcerias

Cursos

Pré-Vestibular Social

FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA



ESCOLA DO LEGISLATIVO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

www.alerj.rj.gov.br/elerj



Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

A missão da Elerj é capacitar e qualificar funcionários e parlamentares da Alerj e das câmaras municipais, objetivando a elevação da qualidade e da eficiência do serviço público legislativo; ampliar a interação com a sociedade e promover ações de responsabilidade social.

Rua da Alfândega, 8 - 2º andar

CEP. 20070-000 - Centro

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2588-1373

Email: escola@escoladolegislativo.rj.gov.br

www.alerj.rj.gov.br/elerj



www.twitter.com/elerj_



www.facebook.com/EscolaDoLegislativoRio



ESCOLA DO LEGISLATIVO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO